



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO

Do “amor” à “loucura”: a relação entre a constituição narcísica de mulheres e a sua (sobre)vivência em vínculos afetivos violentos

From “Love” to “Madness”: The Relationship Between Women's Narcissistic Constitution and the Experience of Surviving Violent Romantic Relationships.

Mylena Graebner Pereira¹
Camila Peixoto Farias²

RESUMO

Por meio da psicanálise e da teoria feminista, nesse artigo de pesquisa inicial tratamos da constituição narcísica de mulheres brancas, cisgênero e heterossexuais que é atravessada, em maior ou menor grau, por dinâmicas e normas sociais e é fator importante para pensarmos a entrada e permanência delas em vínculos afetivos violentos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Brancas. Violência Contra a Mulher. Constituição Narcísica. Vínculos Amorosos. Loucura.

ABSTRACT

Through psychoanalysis and feminism theory, this article analyses how the narcissistic constitution of white, cisgender, heterosexual women, shaped by social dynamics and norms, is an important factor in their entry into and permanence within violent romantic relationships.

KEYWORDS: White Women. Violence Against Women. Narcissistic Constitution. Love Bonds. Madness.

* * *

1. Onde a constituição psíquica de mulheres e a violência se encontram

Durante muitos anos, as vivências de violências sofridas por mulheres dentro de relacionamentos afetivos foram encobertas por uma ideia falaciosa de “felicidade” disseminada pela sociedade. No imaginário social, para muitas mulheres, relacionar-se amorosamente com um homem é sinônimo de amor, “felicidade” e, principalmente, realização (Zanella, 2018). Desse modo, na busca

¹ Psicóloga pela Universidade Federal de Pelotas. Pós-graduanda em Psicologia Jurídica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Brasil, graebnermylena@gmail.com

² Psicóloga/Psicanalista. Mestre e Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas. Coordenadora do Núcleo de estudos e pesquisa em Psicanálise - Pulsional. Brasil, pfcamila@hotmail.com

para conquistar e permanecer em uma relação amorosa, as mulheres não devem, supostamente, medir esforços, independente do quanto tenham que se sacrificar, adoecer ou correr risco de vida, para conquistarem e permanecerem em uma relação com um homem, pois é ao lado dele que, segundo a lógica social construída, encontrarão a “felicidade”.

Quando utilizamos o termo mulheres, nesse artigo, nos referimos às mulheres brancas, cisgênero e heterossexuais. Estabelecendo esse recorte, tomamos o cuidado de não generalizar a constituição de mulheres, considerando-as como seres plurais. Mesmo estabelecendo esse recorte, consideramos que os aspectos discutidos não devem ser generalizados, mas tomados como possibilidades para se pensar a problemática discutida. Isso porque, as mulheres são constituídas e vivenciam suas relações de formas distintas, diretamente relacionadas aos marcadores sociais de raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero e suas intersecções. Essa questão fica nítida quando estudos revelam a porcentagem de violências, levando-se em consideração a interseccionalidade de raça. De acordo com esses dados, mulheres negras estão expostas a níveis de violência mais elevados do que mulheres brancas (Datafolha; FBSP, 2023), o que está alinhado ao aumento de 2% nos casos de feminicídio de mulheres negras, enquanto casos de mulheres brancas tiveram a diminuição de 26,9% (IPEA, 2021). Essa desigualdade é reflexo do encontro da misoginia e do racismo estrutural que constitui nossa sociedade, fazendo com que mulheres negras sejam subjetivadas e vivenciem suas relações de formas diferentes de mulheres brancas, mesmo que com alguns pontos de contato entre elas.

Essa diferença ocorre principalmente pela posição na qual mulheres negras são colocadas pela sociedade na dinâmica dos relacionamentos e nessa lógica de violência, gerando maior vulnerabilidade. Aqui, podemos pontuar brevemente a própria dinâmica do casamento em que, segundo Valeska Zanello (2018), socialmente a branquitude sempre foi um capital matrimonial, fazendo com que apenas mulheres brancas fossem vistas como “casáveis”. Além disso, quando pensamos no privilégio que as mulheres brancas têm em serem escolhidas para se casar, temos que levar em consideração que o lugar de “esposas” confere reconhecimento social e acesso a privilégios se o casamento

ocorrer com um homem branco, evidenciando o *status* de poder que ele possui.

Para refletirmos sobre a posição que as mulheres negras são colocadas na dinâmica dos relacionamentos, é necessário olharmos para a constituição social dessas mulheres. Lélia Gonzalez (2020) traz dois lugares sociais em que as mulheres negras historicamente foram posicionadas através de duas figuras: da mãe preta e da mulata. A origem da figura da mãe preta é conectada a representação da mulher negra escravizada que cuidava e educava os filhos(as) dos senhores. Essa lógica se atualiza quando vemos que 69,9% das mulheres que realizam o cuidado de outras famílias, e trabalham no serviço doméstico, são mulheres negras (IPEA, 2025). Vale pontuar a sobrecarga que essas mulheres vivenciam, tendo em vista a dupla ou tripla jornada de trabalho que exercem cuidando de sua família e ainda das que pagam – muito mal – pelo seu trabalho.

Além da mãe preta, as mulheres negras são vistas também na figura da mulata. Segundo a autora, a mulata estaria ligada às lógicas de sexualização, sendo situadas desde muito cedo no lugar de objeto sexual (Gonzalez, 2020). Desse modo, aliado ao que Zanello pontua sobre a branquitude ser um capital matrimonial, Gonzalez (2020, p. 51) traz para cena o velho ditado racista “preta para cozinhar, mulata pra fornicar e branca para casar”, evidenciando a posição que a mulher negra é colocada nas dinâmicas das relações afetivas.

Desse modo, tendo em vista que a constituição narcísica³ de mulheres está diretamente atravessada e interseccionada pelos seus múltiplos marcadores sociais, há necessidade de um olhar atento à vivência de cada mulher de modo distinto. Assim, nesse momento, realizamos um recorte e analisamos a vivência de mulheres brancas que sofrem com essas violências, mas que, em comparação a outras mulheres, possuem um avanço maior na visibilidade e enfrentamento a elas.

Essa violência, apesar de mascarada socialmente pela ideia de “felicidade” e realização na conquista de um relacionamento amoroso, vem à tona quando olhamos os dados das pesquisas nacionais. De acordo com a

³ De acordo com Laplanche e Pontalis (2001), a constituição narcísica é a constituição do Eu, que ocorre através dos investimentos libidinais do outro que alicerçaram as possibilidades de investimentos em si e, posteriormente, nos objetos externos.

“Pesquisa de Violência Contra a Mulher”, realizada pelo Instituto DataSenado em 2023, três a cada dez brasileiras já sofreram violência doméstica provocada por homens (Agência Senado, 2023). Essa violência é realizada em suas diferentes formas, sendo a violência psicológica a mais recorrente, seguida da moral, física, patrimonial e sexual.

Embora os dados apresentados sejam alarmantes, é necessário pontuar que esse número tende a ser muito maior. Isso porque, dentre as diferentes formas de violência que as mulheres sofrem, a violência física é a mais facilmente reconhecida. As outras formas – principalmente a psicológica – ainda são, com frequência, invisibilizadas social e juridicamente. Aspecto esse que favorece que mulheres permaneçam em relações em que não reconhecem as violências sofridas, pois essa forma de relacionamento – na qual é permitido que o homem violento a mulher de diferentes formas – é aceita socialmente.

Essa naturalização das violências, dentro dos relacionamentos amorosos heterossexuais, acontece principalmente pela permissão conferida aos homens brancos de mascarar as violências: chamando-as de “amor”. Esse acaba se tornando um dos principais alicerces na permanência de mulheres brancas em vínculos amorosos violentos, pois culturalmente foi ensinado a elas que os relacionamentos se constroem assim, essa é a forma de “amor” que permeia as relações heterossexuais (Zanello, 2018). Isso faz com que essas mulheres demorem mais tempo para perceber que vivem uma relação repleta de violências, acarretando maior dificuldade em conseguir sair dela.

Instigadas pela permanência das mulheres brancas em vínculos amorosos violentos, para além da constituição dos relacionamentos heterossexuais baseados na hierarquia e nas violências disfarçadas de amor e cuidado, a constituição narcísica dessas mulheres deve ser pensada como fator importante. Por isso, partimos de experiências entrelaçadas à teoria para compreender o contexto social no qual as mulheres cisheterossexuais brancas são subjetivadas, como essa subjetivação atravessa seus vínculos amorosos e como ocorre sua constituição narcísica. Assim, aprofundaremos essa discussão a partir de duas dinâmicas sociais que atravessam a construção dessas mulheres: a dinâmica do cuidado do outro e o relacionamento amoroso heterossexual como prioritário em suas vidas.

Desse modo, primeiramente iremos compreender como as dinâmicas que constituem as mulheres brancas cisheterossexuais alicerçam sua permanência em relações amorosas, independente do quão violentas possam ser. Por esse motivo, as mulheres que não aceitam estar nessas relações, frequentemente, recebem o título de “loucas”, pois diante da possibilidade de viver o que a sociedade denomina como amor e “felicidade”, escolheram romper essa perspectiva. Além disso, a vinculação da “loucura” a essas mulheres foi uma forma do sistema patriarcal desqualificá-las e disciplinar outras mulheres para que não façam o mesmo. Historicamente, mulheres foram intituladas como “loucas” quando questionavam o sistema, iam contra normas sociais e buscavam seus direitos (Federici, 2019). Ou seja, muito além de uma nomeação individual, intitular uma mulher de “louca” é uma ação visando coletivos. Assim, procuramos mostrar que aos olhos do sistema patriarcal a não submissão de mulheres vem a muito tempo sendo denominada de “loucura”.

2. De onde, sobre quem falo e para quem pesquisa

Quem pesquisa, tem uma história. Tem um objetivo. Aparece entre os parágrafos, pois não é possível sair ileso em um texto. O que faz com que toda investigação científica seja localizada – aqui, situada e localizada serão palavras com um sentido análogo. Além disso, quem escreve, o faz para alguém (Favero, 2020, p. 2).

A pesquisa é uma revisão teórica com base no método psicanalítico, em diálogo com os campos dos estudos feministas e de gênero. Desse modo, por estar ancorada nesse método, realizamos um encontro cuidadoso entre o campo teórico e o subjetivo das autoras durante o processo de pesquisa. Procurando não restringir a pesquisa ao problema inicialmente pensado, mas possibilitando que à nossa subjetividade, atravessada pelo inconsciente, encontrasse o teórico e conduzisse a construção do estudo (Dockhorn, Macedo, 2016).

Esse movimento marca a singularidade da pesquisa, evidenciando que a interpretação de uma questão será sempre parcial, ou seja, não uma verdade única e inquestionável. Isso porque, cada pesquisa é realizada a partir de um corpo distinto que atravessará as escolhas, as escritas e a construção desse estudo. Haraway (1995) nomeia de saberes localizados a corporificação do conhecimento, e a necessidade de realizá-lo de forma crítica e parcial,

entendendo a responsabilidade com o lugar em que nos situamos como primordial ao realizar uma pesquisa.

Essa responsabilidade está diretamente articulada ao que Haraway (1995) denomina de rigor científico, que consiste no estabelecimento nítido de qual corpo localizado na sociedade essa pesquisa parte, para que assim possam ser reconhecidos seus limites e possibilidades. Esse método, portanto, vai contra a falsa ideia de neutralidade e distanciamento da pesquisa, entrelaçando-se ao método psicanalítico que se caracteriza por possibilitar a articulação entre o teórico e o subjetivo.

Essa articulação ocorre através do processo transferencial⁴ entre as autoras e a temática, gerando uma pesquisa singular e implicada (Figueiredo; Minerbo, 2006). Por isso, utilizando da pesquisa situada articulada ao método psicanalítico, distintas discussões em cima do mesmo tema são possíveis, enriquecendo e ampliando o olhar, promovendo novas percepções e questionamentos a respeito do fenômeno, sem a intenção de esgotá-lo (Dockhorn; Macedo, 2016). Desse modo, de forma cuidadosa e possibilitando a abertura de espaços para criação de caminhos, entrelaçamos o subjetivo e o teórico, assim a pesquisa ganha contornos singulares.

Partindo desse lugar de pesquisadoras que possuem um corpo e uma história, há uma costura entre teoria, fenômeno social e afetos. Isso acontece a partir de breves escritas em meio a estrutura do texto, retiradas do diário de uma das pesquisadoras, que contam pensamentos e sentimentos que vêm não somente de uma história individual, mas de várias histórias de outras mulheres que atravessaram a mesma, realizando o entrelaçamento entre vivências cotidianas e a escrita acadêmica. Essa nos parece ser uma forma de aproximar a pesquisa da sociedade, fazendo com que chegue a ela conhecimentos produzidos por mulheres, sobre e para mulheres, possibilitando que elas/nós possamos narrar a nós mesmas e não mais sermos narradas somente por homens (Dorlin, 2021).

3. Onde a violência começa

⁴ Transferência, segundo Minerbo (2020), ocorre quando as representações do inconsciente se fazem presentes na relação com o outro.

Para compreendermos aspectos importantes da constituição narcísica de mulheres brancas, cisgênero e heterossexuais, é imprescindível situar histórica e culturalmente de onde partem as lógicas que, em maior ou menor grau, as subjetivam. Esse movimento é necessário pois a constituição psíquica ocorre diretamente ligada ao meio no qual estão inseridas, sendo a sociedade e a cultura bases dessa subjetivação. Partindo disso, na grande maioria das sociedades, a constituição do que seja ser mulher é atravessada pela ideia de gênero⁵. Ou seja, antes mesmo de nascer, a sujeita⁶ torna-se homem ou mulher. Zanello (2018) dialoga sobre o assunto e pontua que o gênero é um fator estruturante na maioria das sociedades, havendo *scripts* e expectativas normativas diferentes sobre o que é ser um homem ou uma mulher.

Esses *scripts*, que ditam as performances de cada gênero, devem ser seguidos com o intuito de obedecer a manutenção da estrutura social. Desse modo, cabe às mulheres e aos homens reproduzir seus respectivos modos de pensar, agir, falar e existir (cabe destacar que isso se dá na interseccionalidade de várias estruturas sociais), havendo punições caso desviem das normas. Todavia, além da represália que as sujeitas podem receber caso desviem desse padrão de existência, é importante pontuar que essas performances fazem parte de sua constituição subjetiva e, por conta disso, são naturalizadas e muitas vezes apontadas como traços biológicos, sendo difícil de serem percebidas como construções sócio-históricas.

Pensando nisso, Teresa de Lauretis formula o conceito de “Tecnologias de Gênero”, ou seja, a concepção de que o gênero seria produto de diferentes tecnologias sociais (*apud* Hollanda, 2019). Dessa forma, ele (gênero) se constituiria através da repetição dessas tecnologias, ou seja, repetição dos produtos culturais que retratam, reafirmam e reificam os modos de existir as

⁵ De acordo com Joan Scott (1995), a palavra gênero pode ser interpretada como uma forma de indicar “construções culturais”, ou seja, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

⁶ Neste texto utilizamos o termo “sujeita”, a partir da psicanálise, como o encontro com o outro e com o inconsciente indicando o processo de constituição psíquica. Mas não perdemos de vista os aspectos críticos dessa nomenclatura a partir das reflexões de Grada Kilomba (2019). A autora critica o uso do termo reduzido ao gênero masculino enquanto um problema no que se refere às relações de poder e violência na língua portuguesa, aspecto esse que constrói uma perspectiva masculinista e misógina da própria psicanálise. Por isso e por estarmos pensando a constituição psíquica de mulheres, optamos por utilizar o termo sujeita neste trabalho.

sujeitas de forma muitas vezes sutil, sendo a mídia um dos principais exemplos contemporâneos (Zanello, 2022).

Cabe ressaltar que essas tecnologias de gênero ganham contornos específicos dependendo da raça. Tendo em vista nosso recorte, a lógica estrutural da branquitude nos interessa, levando em consideração que em nossa sociedade a branquitude se caracteriza como lugar de privilégios materiais e simbólicos, construções baseadas na falsa ideia de superioridade branca (Schucman, 2022). Desse modo, a lógica da branquitude atravessa as tecnologias de gênero e, conseqüentemente, constitui subjetivamente as sujeitas.

A branquitude se construiu como posição ideológica de poder, na qual os brancos engendraram sua identidade racial como a norma, conseqüentemente, os outros grupos aparecem na margem, como desviantes ou como inferiores (Schucman, 2022). Além disso, segundo a autora, para além da raça, a branquitude se intersecciona com outros marcadores, como classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo. Assim, torna-se necessário pensar quais são as reverberações do cruzamento entre a branquitude e o gênero na constituição de mulheres e na lógica das relações amorosas.

Partindo então da ideia de que a constituição tem sua base nas normas sociais e a sociedade é estruturada a partir de um suposto binarismo de gênero – que ganha contornos específicos em articulação com a questão racial – modos de existir específicos são impostos para às mulheres brancas cisgênero heterossexuais e constituem sua subjetividade. Enfatizamos a performance ligada a emocionalidade, pois, levando em consideração que em sociedades sexistas as emoções são gendradas, existem também *scripts* de como as sujeitas podem e devem sentir as emoções (Zanello, 2018). Assim, às mulheres brancas cisgênero heterossexuais historicamente foi permitido demonstrar algumas emoções, como tristeza e medo, enquanto outras foram interditadas, como é o caso da raiva e do ódio. Articulado a isso, desde os primeiros anos de vida são ensinadas a docilidade, a subserviência, o silêncio, a dependência e o sacrifício (Federici, 2019) como modos corretos de existir enquanto mulher, intimamente ligados a lógica da branquitude. Esses ensinamentos conferem privilégios a

essas mulheres, pois é a partir deles que elas recebem um nível de reconhecimento social.

Essas performances estão diretamente relacionadas a duas normas sociais impostas e que se articulam ao ideal que se espera de uma mulher branca cisheterossexual: o cuidado do outro e a conquista de um amor. Ambas as imposições que subjetivam essas mulheres são socialmente consideradas inatas, ou seja, são vistas como da ordem de um "instinto". No caso do cuidado do outro, Federici (2019) dá nome a essa "atividade instintual", chamando-a de trabalho não remunerado, que seria o cuidado das esferas física e psíquica de outras pessoas, tanto dentro quanto fora de suas casas. Essa atividade de cuidado foi historicamente atribuída às mulheres e nomeada como "amor", para que, caso não exercessem esse trabalho de forma efetiva, pudessem ser julgadas e desqualificadas. Desse modo, a autora desvincula o cuidado do amor e desnaturaliza esse trabalho que não é inato, mas sim construído socialmente.

Aqui vale ressaltar a necessidade não só de desvincular o cuidado do amor, mas de nomear o cuidado como trabalho. Lawson (2023, p. 26) realiza esse movimento quando pontua que "o trabalho reprodutivo que as mulheres são impelidas a realizar não garante o amor, ou melhor, esse cuidado naturalizado como algo que as mulheres sempre têm que oferecer não é amor: é trabalho reprodutivo". Desse modo, a autora tira a máscara do "amor" nomeando-o de trabalho, retirando a ideia de "amor" inato e colocando em cena o trabalho e sacrifício que é exercer esse cuidado diariamente. Em diálogo com essa pesquisa, tiramos a máscara do "amor", que a maioria dos homens dirige às mulheres, para nomeá-lo de violência.

Historicamente, podemos pontuar a ascensão do capitalismo como o momento crucial no início do trabalho não remunerado que as mulheres brancas passam a exercer, a partir da nova divisão sexual do trabalho. Essa divisão é baseada na ideia de que os homens deveriam ocupar o mercado de trabalho externo, fazendo girar a economia, enquanto as mulheres se ocupariam do ambiente interno de suas casas, cuidando e reproduzindo a nova mão de obra para a sociedade. Desse modo, subjetivar as mulheres construindo sua identidade de cuidadoras natas foi essencial para a ascensão do capitalismo e, conseqüentemente, do patriarcado (Federici, 2019).

Assim, a divisão sexual do trabalho confinou mulheres brancas dentro de seus lares, fazendo com que elas abdicassem de suas atividades para destinar seu tempo e energia às tarefas domésticas e de cuidado, dedicando-se exclusivamente à família. As mulheres que não seguissem o ideal das donas de casa e ousassem trabalhar fora do lar, em espaço público, fossem muito independentes e não obedecessem a seus maridos, eram chamadas de megeras sexualmente agressivas, putas, criaturas do demônio ou bruxas (Federici, 2019). Desse modo, ao ir contra essa dinâmica social, as mulheres brancas eram punidas de alguma forma, o que parece repercutir até os dias atuais quando mulheres são intituladas de “loucas” ao decidirem romper seus vínculos amorosos.

Aqui é importante pontuar que, diferente das mulheres brancas, as mulheres negras sempre trabalharam fora de suas casas. Porém, em oposição às mulheres brancas que já iniciaram recebendo algum salário, as mulheres negras passaram anos sendo escravizadas sem receber nenhuma forma de pagamento em troca. Angela Davis (2016) pontua que o espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz esse padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão, ou seja, de trabalho intenso e mal remunerado. Portanto, mais uma vez vemos os privilégios históricos da branquitude refletindo até hoje na vida das mulheres negras.

Para algumas mulheres brancas era permitido o trabalho para complementar a renda do marido, como o de empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leites. Esses trabalhos eram desvalorizados e mal remunerados, de modo que as mulheres brancas não pudessem sobreviver dele (Federici, 2019). Dessa forma, deveriam seguir a lógica social realizando o trabalho não remunerado dentro de suas casas e permanecendo dependentes de seus maridos. Assim, além de impulsionar a ascensão do capitalismo, essa dinâmica foi essencial para manter as mulheres brancas fora do convívio social, pois cada vez mais atarefadas de atividades que tinham como finalidade o cuidado do outro e não podendo alcançar independência financeira, menos tempo teriam para viver e se relacionar socialmente, principalmente com outras mulheres.

Porém, não podemos esquecer que essa dinâmica também colocava/coloca as mulheres brancas em uma posição privilegiada socialmente: recebem o capital social que é possuir um vínculo amoroso heterossexual aliado a lógica da branquitude. Por exemplo, poder se dedicar ao cuidado dos filhos e da própria casa é um privilégio que as mulheres negras lutam até hoje para conquistar. Isso revela a complexidade dessa dinâmica, que ao mesmo tempo que é carregada de violências e subalternização, possui na garantia de privilégios às mulheres brancas, especialmente de reconhecimento social.

Em diálogo com as ideias de Federici (2019) e Zanello (2018) pensamos essa naturalização através do que nomeia de Dispositivo Materno. Esse dispositivo consiste na ideia de que as mulheres teriam um "instinto materno" de cuidado, não estando restrito apenas às mulheres mães, mas presente em todas que são identificadas pelo gênero feminino. Por isso, disseminou-se a ideia de que mulheres são destinadas a exercer o papel de cuidadoras de todos ao seu redor, cabendo a elas deixar em segundo plano seu autocuidado, para exercer o cuidado do outro. Cabe ressaltar que os maiores beneficiários dessas dinâmicas são os homens brancos, que acabam recebendo cuidados de todas as mulheres que os cercam.

Desse modo, a dinâmica do trabalho reprodutivo aparece como um dos fatores que contribuem para as mulheres permanecerem em vínculos amorosos violentos. Isso porque, ao serem subjetivadas priorizando o cuidado do outro, mulheres destinam menos tempo para se dedicarem aos estudos e ao trabalho produtivo, precarizando suas condições financeiras. Biroli (2018) nos aponta o quanto essa dinâmica dificulta a independência financeira de mulheres, fazendo com que elas se tornem dependentes de homens, que por sua vez, possuem tempo disponível para destinar ao trabalho produtivo. Desse modo, torna-se mais difícil se desvincular de relacionamentos violentos, mesmo que essa mulher saiba nomear as violências que sofre.

Em articulação com uma dinâmica de cuidado que constitui mulheres brancas (marcada tanto por violências quanto por privilégios) é imposta, desde a infância, à busca por um relacionamento amoroso heterossexual como primordial em suas vidas. Estamos diante da imposição da lógica heterossexual, mas de uma forma diferente do que ocorre com os homens. Essa

dedicação na busca do amor do outro, no caso, do amor de um homem⁷, tem como grande alicerce o medo da solidão. Essa solidão, disseminada socialmente como negativa, é representada na imagem da mulher “solteirona”.

A concepção da solteirona tem suas raízes antigas, em meados dos séculos XX, onde as mulheres eram classificadas em relação ao exercício da sua sexualidade, podendo ser denominadas de prostitutas, ou seja, mulheres que exerciam sua sexualidade livremente, ou solteironas. Essas eram as “não escolhidas”, portanto, vistas como fracassadas, malsucedidas, incapazes de amar e doentes por não cumprirem seu destino de mulher, pela falta de sexo e da maternidade (Zanello, 2018). Esse aspecto indica mais um fator da lógica social que recai sobre as mulheres no sentido da busca por um relacionamento amoroso.

Assim, tendo em vista que a busca por esse relacionamento se torna prioritário na vida das mulheres brancas cisheterossexuais, as outras relações sociais acabam sendo deixadas em segundo plano, como podemos pensar ser o caso dos vínculos de amizade entre mulheres. Esses não são estimulados socialmente, pelo contrário, a rivalidade feminina é incentivada e ensinada como *script* social. Essa rivalidade é instigada principalmente sobre a conquista de um homem, ou seja, mais uma vez a busca por uma relação amorosa tendo destaque na vida das mulheres (Zanello, 2022).

Dessa forma, a subjetivação das mulheres sobre a dinâmica da rivalidade acontece articulada a possibilidade de serem escolhidas para terem uma relação amorosa com um homem. Zanello (2018) formulou a metáfora da “prateleira do amor”, pensando a subjetivação das mulheres a partir do posicionamento delas em uma prateleira. Esse posicionamento acontece de acordo com seus marcadores sociais, ficando estabelecido que quanto mais próximo do padrão estético essa mulher estiver, mais bem posicionada ela ficará na prateleira e, conseqüentemente, será escolhida para estar em uma relação amorosa. Pensando nisso, ser escolhida torna-se um valor relacional, ou seja, produzido na comparação com outras mulheres que estão na prateleira (Zanello, 2022). Assim, as mulheres são subjetivadas para competirem entre si

⁷ Vale ressaltar que, seguindo a lógica social, essa busca deve ser por um homem branco, cisgênero, heterossexual e de classe média, que performe (mesmo que parcialmente) o ideal de masculinidade.

com o objetivo de serem escolhidas por um homem, isolando-se de redes de apoio femininas.

Além disso, direta e indiretamente, a sociedade vincula a relação com um homem a ideia de sucesso na vida de mulheres brancas cisheterossexuais. Esse sucesso está na conquista da relação e na permanência dela, que deve ser baseada na domesticidade feminina, na maternidade e no amor romântico (Biroli, 2018) idealizado, o que cria um cenário propício às violências. A autora pontua o quanto o casamento configurava-se como um “projeto fundamental”, uma “carreira” que possui benefícios, mas também pesados sacrifícios. Quando a autora traz a ideia dos benefícios, podemos pensar ser o reconhecimento e prestígio social que mulheres recebem ao estarem em um casamento, um privilégio fornecido às mulheres brancas, como uma forma de proteção no tecido social. Todavia, mesmo tendo esse privilégio, os sacrifícios para conquistarem e permanecerem nessas relações são violentos e prevalecem, podendo ser desde a dedicação exclusiva aos cuidados da casa e da família até o sofrimento cotidiano de violências dentro dessas relações.

Todo esse investimento, que as mulheres realizam, no cuidado do outro se relaciona à formação, cuidado e manutenção de uma família. Essa interpelação ocorre quando, desde a infância, a ideia da constituição de uma família e de um lar são impostos às mulheres brancas como essenciais para se tornarem bem-sucedidas e “felizes”, ou seja, para alcançarem algum nível de reconhecimento social. Todavia, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), a casa é o principal cenário dos feminicídios realizados no país, tornando esse o ambiente mais inseguro para mulheres. Em articulação com esses dados, o esposo da vítima (ex ou atual) é o responsável por 84,2% das mortes, e quando consideramos também outros familiares, o percentual chega a 97,3% (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Desse modo, os dados nos trazem uma realidade completamente oposta ao que é prometido às mulheres.

Assim, o reconhecimento social oriundo da formação de uma família influencia na permanência de mulheres brancas nesses ambientes violentos. Biroli (2018) pontua que as visões idílicas que foram construídas da família nuclear servem para ocultar várias formas de violências e, o quanto a família

foi e é, historicamente, vantajosa para quem é autorizado a exercer poder e agredir. Dessa forma, a violência doméstica afeta as pessoas mais vulneráveis do âmbito familiar: mulheres, crianças e idosos(as). Nesse caso, a violência exercida contra as mulheres ocorre principalmente por razões socioeconômicas, baixa autoestima e pela construção do feminino como subordinado ao masculino (Biroli, 2018). Assim, articulando as ideias de Biroli aos dados no Anuário de Segurança Pública, pode-se constatar que toda a construção fantasiosa de família, enquanto um ambiente seguro e “feliz”, é contrária à realidade de boa parte das mulheres brasileiras que sofrem diariamente com diferentes níveis de violências.

Assim, a constituição narcísica de mulheres brancas atravessada pela dinâmica social do cuidado do outro e das relações amorosas heterossexuais, como prioritárias, são alicerces para a entrada e permanência delas em vínculos amorosos violentos. Como vimos, isso acontece através das consequências dessas dinâmicas: as prioridades de cuidado e amor destinadas para os outros (em especial, para os homens) faz com que mulheres abdicuem de seus investimentos, acarretando menor autonomia financeira; o cuidado do outro alicerça a manutenção familiar que está diretamente relacionada ao reconhecimento social e a ideia de sucesso para as mulheres brancas. E, por fim, destinar o cuidado ao outro faz com que as mulheres anseiem por um retorno desse cuidado, porém, muitas vezes, esse cuidado que retorna é violência disfarçada de amor e proteção.

Custa muito. Custa tempo, energia e cuidado. Cuidado que eu ofereço, incansavelmente, de todos os tipos e formas, todos os dias, sem receber nada em troca. Cuidado que eu deixo de exercer comigo, desrespeitando todos os meus limites, permanecendo onde me prometeram amor e felicidade, onde eu iria ser feliz para sempre (Trecho de diário da pesquisadora, 2024).

Desse modo, observamos quando a violência contra as mulheres (do nosso recorte) começa e quando ela termina. A exaustão do trabalho de cuidado, todo investimento que é destinado aos outros, o tempo e a energia que é fornecido para manter as relações, tudo isso violenta as mulheres por si só. Por isso, pensamos na violência para além da vivenciada dentro do relacionamento, mas sim na violência que essas imposições sociais representam para o processo de constituição de sua subjetividade.

Tendo isso em vista, consideramos de fundamental importância compreender como essas dinâmicas atravessam a vida de mulheres deste recorte desde sua infância. Para isso, é necessário olharmos para o processo de constituição narcísica e como a lógica social tem efeitos significativos sobre ele.

4. A Constituição Narcísica

Para seguirmos pensando as dinâmicas que atravessam, em maior ou menor grau essas mulheres, é necessário que olhemos para sua constituição narcísica. Partimos então da constatação de que a constituição de mulheres ocorre atravessada pelas normas sociais. Por isso, é imprescindível que olhemos para as dinâmicas sociais que as constituem, levando em consideração tanto seus marcadores sociais, quanto suas reverberações singulares.

Desse modo, ao olharmos para a constituição das sujeitas é inevitável que compreendamos o gênero como fator estruturante subjetivamente. Apesar de pensarmos a determinação do gênero sendo diretamente atravessada pelo social, é necessário pontuar que esse atravessamento não ocorre através do social em geral, mas sim do pequeno grupo próximo do bebê, ou seja, o pequeno *socius*, os adultos que estão ao seu entorno, que transmitem as normas que os atravessam (Laplanche, 2002).

Partindo disso, apontando o primado do outro nesse processo, Laplanche (2002) usa o termo designação para definir o gênero, ou seja, a constituição do gênero de cada sujeita ocorreria através da designação que os adultos ao seu redor lhe atribuem. Assim, esse processo ocorre a partir do outro, não apenas através de um ato pontual, mas sim um conjunto complexo de atos através da linguagem e dos comportamentos infiltrados pelo inconsciente do adulto. Conceituando essa dinâmica, nos fundamentamos na ideia da Situação Antropológica Fundamental (SAF) (Laplanche, 2002).

De acordo com a SAF, nos primeiros anos de vida a criança recebe investimentos dos adultos ao seu redor, principalmente na forma de cuidado, que estão repletos de mensagens enigmáticas. Essas mensagens são comprometidas pelo inconsciente do adulto, estando diretamente atravessadas pelas dinâmicas sociais, fazendo com que a criança receba, desde o início da sua vida, mensagens relacionadas às lógicas sociais (Laplanche, 2002).

Todavia, é importante salientar que ao receber essas mensagens enigmáticas parasitadas, tanto pelas lógicas sociais quanto por conteúdos inconscientes do adulto, a criança é convocada a realizar um processo de tradução, onde irá traduzir de forma singular esses elementos. Desse modo, as mensagens que chegam a criança não são traduzidas de forma idêntica a forma que foram transmitidas pelo adulto, inclusive parte dessas mensagens serão destinadas a seu inconsciente (Laplanche, 2022). Assim, é nesse processo que começa a se formar a base psíquica do bebê de forma singular, mas alicerçada nas dinâmicas sociais.

Esses investimentos que são destinados ao bebê acontecem através de diferentes modos de contato, como a linguagem, o olhar, o toque ou o gesto que o adulto direciona a ele. Todos esses atos de cuidado são responsáveis pela constituição da base psíquica daquele bebê, ou seja, pela constituição do Eu. Desse modo, de acordo com Freud (1905), o Eu não pode existir desde o início da vida nas sujeitas, ele precisa ser constituído. Sua constituição ocorre através dos investimentos direcionados a ele nos primeiros momentos de sua vida, fazendo com que as pulsões que até então circulavam livremente pelo seu corpo – fase essa que Freud denomina de autoerotismo –, sejam unificadas e possibilitem que o bebê comece a enxergar seu corpo como um todo unificado e não mais fragmentado, constituindo-se narcisicamente (Freud, 1905).

Nesse momento o bebê começa a investir em si mesmo como objeto libidinal para após direcionar esse investimento a um objeto externo (Freud, 1914). Aqui cabe apontar a necessidade da existência de um equilíbrio desse investimento direcionado ao outro e a si mesmo, o que Freud nomeia de Balança de Investimentos. Essa dinâmica parte do princípio de que quanto mais um é empregado, mais o outro se esvazia (Freud, 1914), gerando sofrimento e adoecimento quando esses investimentos estão desequilibrados, ou seja, quando se direciona mais investimento para o outro ou para o Eu.

Partindo disso, começamos a avaliar a balança de investimentos articulada ao contexto social. Desse modo, levando em consideração que a sociedade em que vivemos é estruturada de forma racializada e gendrada, podemos pensar as diferenças da constituição de mulheres brancas e homens brancos, e como respectivamente, eles investem no outro e em si. Como

abordado anteriormente, as mulheres brancas são atravessadas pela ideia de cuidadoras, devendo investir seu tempo e energia no cuidado irrestrito do outro. Essa dinâmica é alicerçada pelo que é nomeado de Sistema Familista, ou seja, a percepção de que os cuidados são responsabilidade exclusiva da família, fazendo com que essa demanda recaia sobre a responsabilidade das mulheres (Gesser; Zirbel; Luiz, 2022). Portanto, é possível perceber que há um desequilíbrio na balança de investimento de mulheres brancas, pois delas é exigido um empenho constante na manutenção do bem-estar dos outros. Mesmo que isso traga algum nível de reconhecimento e proteção social, não se reverte em recebimento de investimentos na mesma proporção. Em outras palavras, elas não são cuidadas como cuidam.

Mas, para além disso, a própria dinâmica do amor também desequilibra os investimentos de mulheres brancas. Trazemos novamente a metáfora da Prateleira do Amor (Zanello, 2022), para pensar como os relacionamentos impactam na balança de investimentos. Como visto anteriormente, as mulheres são subjetivadas em uma prateleira onde serão posicionadas para serem escolhidas por um homem, e esse posicionamento é mediado pelo padrão estético loiro, magro, branco, jovem e sem deficiência. Assim, quanto mais próxima a mulher estiver desse padrão mais bem posicionada ela estará na prateleira e, conseqüentemente, mais rapidamente será escolhida (Zanello, 2022).

Toda essa lógica que Zanello evidencia, através da sua metáfora, demonstra mais uma das formas de investimento que as mulheres devem realizar. Esse investimento acontece esteticamente e psiquicamente, pois essa dinâmica reforça a normativa social de que o destino das mulheres é estar em um relacionamento heterossexual, para assim serem “felizes”. Enquanto as mulheres brancas investem sua energia e preocupação para estarem em uma relação amorosa, – utilizando do seu tempo para investir na estética e alcançarem melhores posições na prateleira do amor e assim serem escolhidas por um homem – os homens brancos apenas têm a preocupação de investir em seus projetos de vida, no seu trabalho e em seu futuro, além de poder escolher a mulher que desejam sem precisar se preocupar, como as mulheres, com sua estética (Zanello, 2022). Embora que, aparente, esse investimento das

mulheres seja destinado a elas, cabe observar que é a partir do olhar e julgamento do outro, nesse caso dos homens, que elas investem buscando serem escolhidas. Portanto, as mulheres brancas investem, novamente, no outro, desequilibrando sua balança de investimentos.

Essa dinâmica em que as mulheres (brancas, cisgênero e heterossexuais) investem incessantemente no outro é uma das bases da constituição psíquica delas que, por si só, é uma forma de violência que gera sofrimento. Estamos cientes que mulheres brancas ocupam, preponderantemente, as melhores posições na prateleira do amor e isso as coloca em uma posição de privilégio na lógica social. Mas, aqui pontuamos essa dinâmica como um alicerce para as violências dentro das relações, fazendo com que essas mulheres vivenciem diversos modos de violência durante sua vida.

O esgotamento que esse desequilíbrio na balança de investimentos gera nas mulheres não é a única forma de adoecimento que as acomete, sendo necessário pontuar o quando a dinâmica do ódio, ou a não possibilidade de expressão dele em suas vidas, as atravessa também de forma negativa. Conforme pontuado, as sujeitas, desde seu nascimento, são atravessadas por investimentos iniciais essenciais para a formação de sua base psíquica que estão atravessadas por dinâmicas de gênero e raça. O ódio, por exemplo, é um sentimento que atravessa as sujeitas e é reconhecido socialmente. Todavia, não são todos que recebem permissão para expor o ódio, por exemplo, mulheres são interditadas de manifestá-lo, enquanto homens são encorajados. Desde o nascimento, o ódio e a agressividade são interditados para as mulheres, de modo que, caso exponham esses sentimentos, imediatamente serão desqualificadas e punidas, principalmente com a retirada de investimentos dos adultos (Farias, 2024).

Essa retirada de investimentos faz com o que a criança entenda que aquilo que está sentindo e expondo é errado, fazendo com que essa sujeita identificada como mulher deixe de manifestar esse afeto. A questão crucial aqui é o papel fundamental do ódio para a constituição das sujeitas na diferenciação do Eu e do objeto, do interno e do externo. Nesse caso, assim como o amor é essencial a sujeita por estar ligado à fonte de prazer, o ódio liga-se a fonte de desprazer, de modo que a sujeita ao manifestá-lo realiza uma expulsão,

distanciando o que causa desprazer (Farias, 2024). Dessa forma, o ódio dirigido ao objeto primário é uma forma do bebê manifestar seu desprazer e estabelecer limites de separação do outro (Farias, 2024). Assim, sua interdição faz com que esse ódio retorne para si, tendo em vista a repressão da externalização deste desprazer.

Ao interditar a manifestação do ódio aos objetos externos, o adulto faz com o que bebê recalque esse sentimento por medo da perda do amor (Chabert, 1992). Articulando a lógica social que atravessa as mulheres brancas, esse parece ser o começo de uma dinâmica que se estende à vida adulta delas: recalcar o seu ódio e sua raiva por medo da perda do amor de um homem. Desse modo, as manifestações de ódio, interditas e punidas no início de suas vidas, estão diretamente articuladas a imagem da mulher dócil, que não deve medir esforços para permanecer e manter a sua relação amorosa heterossexual. Pois, caso externalize seu sentimento, terá as consequências da perda do amor deste homem, sendo infeliz e retornando à prateleira do amor, segundo as normas sociais.

Portanto, o desequilíbrio na balança de investimentos e a interdição do ódio são grandes alicerces para o sofrimento, para adoecimento em termos de saúde mental dessas mulheres. Cabe destacar que quando falamos em sofrimento, não estamos nos referindo à ideia de “loucura” que frequentemente é utilizada de forma pejorativa para silenciar essas mulheres e violentá-las, como veremos a seguir.

5. Do “amor” à “loucura”

Embora a ascensão dos movimentos feministas tenha possibilitado que mais mulheres sejam ouvidas, não é de hoje que elas reagem às violências sofridas pelo sistema. Retornando na história, a caça às bruxas foi um acontecimento histórico que representou a forma cruel de silenciamento de milhares de mulheres, e que até os dias atuais é pouco estudado, demonstrando o quanto esse massacre de mulheres foi naturalizado e justificado pela sociedade patriarcal e misógina. Federici (2017) compreende esse feminicídio histórico, pontuando que as mulheres que propuseram um desafio à estrutura social, que se opunham às exigências impostas pela sociedade patriarcal, foram

as que sofreram perseguições, torturas ou que foram mortas na fogueira ou enforcadas. As bruxas eram parteiras, mulheres que manipulavam ervas para a cura, evitavam a maternidade, mendigas, mulheres consideradas libertinas ou promíscuas, que respondiam, discutiam, insultavam e não choravam sob tortura, ou seja, eram mulheres que iam contra o ideal imposto pela sociedade daquela época (Federici, 2017).

Nesse sentido, a caça às bruxas para além do castigo por alguma transgressão pontual de uma mulher, foi uma eliminação generalizada de comportamentos de mulheres que iam contra a norma social, através do terror e da criminalização, destruindo seu poder sobre si (Federici, 2017). Resquícios dessa dinâmica de terror se fazem presentes em nossos dias, por exemplo, quando uma mulher denuncia uma violência que é legitimada pela sociedade e é chamada de “louca”, ou quando essa mulher resolve sair de uma relação e sofre perseguições, ameaças e corre risco de vida. Maria da Penha (2014), em sua biografia, reflete muito bem essa realidade, contando sua história de violência e imaginando as justificativas de seu autor:

Chevava a imaginar seu álibi, que poderia ser o mais banal: diria que, num momento de desespero, inconformado com nossa separação, teria praticado o tresloucado ato. “Matou por amor”, possivelmente seria a tese dos defensores! (Penha, 2014).

Esses exemplos reiteram às mulheres os comportamentos que devem manter e as dinâmicas que devem seguir se quiserem permanecer “felizes” e pasmem, vivas! Há séculos, o casamento, por exemplo, é uma dinâmica imposta às mulheres brancas como o caminho para a “felicidade”. Não coincidentemente, as mulheres denominadas bruxas eram, em sua grande maioria, viúvas ou que viviam sozinhas, ou seja, mulheres que não estariam seguindo a norma correta e imposta, principalmente pela Igreja (Federici, 2017). Ainda, no século XXI, vivemos a condenação e julgamento de mulheres que não veem o casamento, a maternidade e o cuidado do outro, como principal objetivo de vida, seja pela opção de não entrarem em um relacionamento, ou por não permanecerem nele, independente do quão violento possa ser.

A caça às bruxas foi a forma que o Estado usou para controlar os corpos femininos, para que as mulheres permanecessem subjugadas às lógicas sociais

que garantiam a manutenção do sistema patriarcal e capitalista. Portanto, a transgressão da normativa social era punida com a perda da vida.

Anterior aos movimentos feministas, os poucos estudiosos que falavam sobre esse tema, embora desaprovassem o extermínio das bruxas, as retratavam como tolas miseráveis que sofriam com alucinações, assim justificavam sua perseguição, alegando se tratar de “loucura” (Federici, 2017). Qualquer semelhança não é mera coincidência, quando olhamos para a reação da sociedade perante os vínculos amorosos violentos, pois todos repudiam a violência contra as mulheres, mas quando uma mulher denuncia sua relação como violenta, muitas pessoas da sociedade se silenciam e, muitas vezes, a estereotipam como “louca”, uma punição para quem deveria manter-se calada. Além disso, esse é um recurso frequentemente utilizado pelos agressores no âmbito social e jurídico: acusar a mulher de “louca”.

Essa parece ser uma lógica que inverte a responsabilização da violência nas relações. Ao invés de serem acolhidas como vítimas, muitas mulheres são responsabilizadas e punidas pela violência realizada pelos homens. Desse modo, assim como a loucura foi usada como justificativa para abrandar o crime do extermínio de mulheres denominadas de bruxas (Federici, 2017), os comportamentos de mulheres são estereotipados, desqualificados e usados contra elas, no nosso tempo presente, para justificar as diferentes formas de violência. Podemos mencionar a tese, até 2023 utilizada nos tribunais, da “legítima defesa de honra”, a qual concedia aos homens justificar feminicídios e outras formas de violências, alegando legítima defesa da sua honra (Silveira, 2021), ou seja, que a conduta da vítima supostamente teria ferido a honra do agressor (STF, 2023). Em agosto de 2023 foi decretada a inconstitucionalidade da tese da legítima defesa da honra. Embora seja nítida a importância desse avanço – ainda que tardio – no âmbito penal, é imprescindível pontuar que essa tese tem sua constituição na base social patriarcal e machista, mas continua se fazendo presente na sociedade. Assim, diante da lógica social que constitui os homens brancos a verem as mulheres brancas como sua posse e, portanto, legitimam a ideia de defesa de uma suposta honra, é dada margem a eles para seguirem cometendo diferentes formas de violência e não sendo penalizados por isso.

Assim, da mesma forma que a loucura foi usada como justificativa ao genocídio de milhares de mulheres, a legítima defesa da honra foi por muitos anos usada como aliada na revitimização de mulheres, que eram vistas como culpadas pelas violências que sofriam. Essa culpabilização nada mais é do que o preço que mulheres pagam por não seguirem as normas sociais.

A utilização da desqualificação de mulheres através da designação de “louca” foi, gradativamente, tornando-se um dos modos de punir as mulheres dentro das relações amorosas. Esse jeito de funcionar é tão intrínseco à sociedade que a própria mulher, imersa nas dinâmicas sociais, começa a se questionar sobre sua sanidade por apontar como violência o que a sociedade nomeia como “amor”, “proteção” e “cuidado”. A associação da loucura às mulheres ocorreu historicamente, disseminada principalmente pela psiquiatria que, vale ressaltar, era majoritariamente composta por médicos homens. Por isso, Zanello (2018) aponta que a voz das mulheres foi silenciada, sendo a história da psiquiatria baseada em discursos de psiquiatras homens sobre mulheres “loucas”.

Nesse caso, esse é o estereótipo da loucura ou em outros termos contemporâneos como: “dando piti”; “desequilibrada”; “perturbada”; “cheia de mi mi mi”; “histérica”; dentre outros. Vale lembrar que o termo “histeria” vem do latim *hysteria*, derivado do grego *ὑστέρα* (*hystéra*), que significa “útero”. Na medicina da Antiguidade, especialmente na tradição hipocrática, acreditava-se que o útero poderia se deslocar pelo corpo feminino, provocando sintomas físicos e psíquicos como ansiedade, sufocação, convulsões e alterações emocionais — ideia conhecida como a teoria do “útero errante” (Hipócrates, séc. IV a.C.). Ao longo da Idade Média e da Modernidade, essa concepção foi reinterpretada sob perspectivas morais, religiosas e médicas, frequentemente associando o sofrimento psíquico das mulheres à fragilidade, descontrole emocional ou desvio moral, reforçando estigmas de gênero (Foucault, 1978). No século XIX, a histeria tornou-se um diagnóstico central na psiquiatria e na neurologia, especialmente nos estudos de Jean-Martin Charcot, que passou a compreendê-la como um transtorno do sistema nervoso, ainda que majoritariamente atribuído às mulheres (Charcot, 1887).

A psicanálise promoveu uma inflexão importante nesse debate. Sigmund Freud rompeu com a explicação puramente orgânica, afirmando que a histeria estava relacionada a conflitos psíquicos inconscientes e experiências traumáticas, e não ao útero ou à biologia feminina (Freud, 1895). Posteriormente, autoras feministas denunciaram o uso histórico do conceito de histeria como instrumento de controle social dos corpos e das subjetividades femininas, evidenciando seu caráter misógino e disciplinador (Showalter, 1985). Atualmente, o termo é amplamente criticado e abandonado nos manuais e diagnósticos, sendo compreendido como uma construção histórica que revela mais sobre as relações de poder, gênero e saber médico do que sobre uma patologia em si (Foucault, 1978; Federici, 2017).

Identificamos a associação entre as mulheres que foram encerradas em manicômios com as mulheres que são encerradas em relações amorosas violentas, ambas sofrendo violências físicas e psicológicas e chamadas de histéricas e “loucas” quando expõem as violências que vivem. Assim, apesar da atualização dos termos, o intuito segue sendo estereotipar e culpabilizar as mulheres por seus atos.

Desse modo, essa pesquisa tem a finalidade de abordar resultados iniciais do projeto de pesquisa sobre a violência que mulheres brancas, cisgênero, heterossexuais sofrem sendo desacreditadas e designadas como “loucas” após vivenciarem uma relação amorosa violenta, isto é, a violência que persiste após a violência. Aquela parece estar diretamente ligada ao que Sarah Ahmed (2022) pontua ser a localização do problema na sujeita que denuncia, como se a violência começasse a existir somente após a exposição dela, recaindo, novamente, a culpa na mulher. Por isso, a loucura é atribuída às mulheres como forma de desqualificá-las e tentativa de localizá-las como criadoras desse problema, violentando mais uma vez quem deveria ser vista como vítima. Portanto, analisar os níveis e momentos em que as mulheres são violentadas, desde a violência em sua constituição, a violência nos vínculos amorosos e, por fim – ou não –, a violência estrutural que a sociedade valida, designando-as “loucas” e assim, as silenciando, as desqualificando, as violentando mais uma vez.

Quando a “ficha caiu”, quando vi que não era só eu, mas também outras mulheres, muitas mulheres, senti-me menos culpada, mais cuidada e acolhida. Mas principalmente, percebi que eu não estava louca, ou melhor, talvez eu estivesse sim. Se ser louca é não aceitar nenhum tipo de violência disfarçada de amor e cuidado, pois então enlouqueci, mas acho que nunca estive tão sã. Hoje respiro (Trecho do diário da pesquisadora, 2024).

Assim, o uso pejorativo do termo “louca”, utilizado para desqualificar as mulheres brancas, tornou-se uma maneira de manter sua subordinação. O termo não indica nenhuma preocupação ou intenção de cuidado em saúde mental, muito pelo contrário, fragiliza ainda mais narcisicamente as mulheres que já se encontram vulneráveis em função das violências sofridas e do desequilíbrio da sua “balança de investimentos”. Desse modo, essa dinâmica torna-se mais uma dimensão de violência que expõe efetivamente as mulheres ao adoecimento mental. A violência às mulheres é coletiva, e precisa ser vista e tratada como tal.

6. Onde chegamos e para onde vamos

Essa pesquisa está sendo realizada a partir de um recorte, diante da complexidade da temática da violência contra as mulheres, em meio a um conjunto de possibilidades. O objetivo do estudo até esta etapa foi o de provocar discussões para a compreensão da complexidade da violência às mulheres. Violências que não ocorrem apenas nos seus relacionamentos, mas na própria constituição de mulheres brancas, cisgênero e heterossexuais por meio da imposição de *scripts* de gênero.

Daí a necessidade de políticas públicas em saúde mental, com profissionais qualificados/as a enxergarem essas violências de forma ampla e interseccional, investindo não somente no seu enfrentamento, mas também no entendimento das dinâmicas que violentam mulheres, desde sua infância e que serão alicerces para sua entrada e permanência em vínculos afetivos violentos. É imprescindível a perspectiva interseccional em que essas políticas públicas levem em consideração as especificidades da constituição psíquica de mulheres e da lógica social imposta a depender de onde elas se localizam neste referencial, tendo em vista que universalizar o ser mulher é pensar políticas sobre a vivência de uma parcela pequena delas e negligenciar a violência sofrida pelas demais. Portanto, parece ser necessária a escuta situada,

comprometida social e eticamente e atenta a como as construções de gênero e as dinâmicas sociais são as principais causadoras das múltiplas violências que as mulheres sofrem.

Assim, esse trabalho é o primeiro passo de uma caminhada que seguirá sendo construída para visibilizar e escutar as múltiplas vivências de mulheres. Silenciadas por tantas décadas, chegou a hora de escolhermos, de sermos vistas, escutadas, respeitadas e realmente amadas.

7. Referências

AGÊNCIA SENADO. *DataSenado aponta que 3 a cada 10 brasileiras já sofreram violência doméstica*. Senado Notícias, Brasília, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/21/datasenado-aponta-que-3-a-cada-10-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica>. Acesso em: 10 jan. 2026.

AHMED, S. *Viver uma vida feminista*. São Paulo: Ubu, 2022.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

CHABERT, C. Incidents narcissiques dans la névrose obsessionnelle. *Psychanalyse à l'Université*, [S. l.], v.17, n.65, p. 33-50, 1992.

CHARCOT, Jean-Martin. *Leçons sur les maladies du système nerveux*. Paris: Delahaye, 1887.

DATAFOLHA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil – 4ª edição – 2023*. [S. l.]: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOCKHORN, C. N. B. F.; MACEDO, M. M. K. Estratégia Clínico-Interpretativa: um recurso à pesquisa psicanalítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, [S. l.], v. 31, n. 4, p. 529–535, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-37722015042473529535>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/fWfWXMgYqcWmRWkh4Ry9fLF/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DORLIN, E. *Sexo, gênero e sexualidades: Introdução à teoria feminista*. São Paulo: Ubu, 2021.

FARIAS, C. P. O problema do ódio e da submissão na clínica psicanalítica com mulheres: sobre o sentimento de culpa e a sociedade patriarcal. In: LANtTAZIO, F. BELO, F. (Orgs.). *Incidências da alteridade e do sexual na clínica psicanalítica: uma abordagem laplancheana*. São Paulo: Zagodoni, 2024. p. 159-175.

FAVERO, S. R. *Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada*. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 15, n. 3, p. 1-16, 2020. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e3518. Acesso em: 10 jan. 2026.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 1. ed. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. 4. ed. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

FIGUEIREDO, L.; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *J. psicanal.*, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257-278, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FREUD, S. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. (P. C. Souza, Trad.). Brasília: Companhia das Letras, 1914.

FREUD, S. *Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade*. (P. C. Souza, Trad). Brasília: Companhia das Letras: 1905.

FREUD, S.; BREUER, J. *Estudos sobre a histeria (1895)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GESSER, M.; ZIRBEL, I.; LUIZ, K. Cuidado na dependência complexa de pessoas com deficiência: uma questão de justiça. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, e86995, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286995>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qH3pqSSmfdYZyYzmcBw58hv/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2026.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOLLANDA, H. B. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

IPEA. *Atlas da violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021.

IPEA. *Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados Remunerados*. São Paulo:

IPEA, 2025.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAPLANCHE, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano (2000- 2006)*. Porto Alegre: Dublinense, 2015.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. *Vocabulário da Psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAWSON, L. A. *Amor e renúncia de si: Uma investigação psicanalítica sobre os possíveis impactos do trabalho reprodutivo enquanto alicerce dos vínculos amorosos*. 2023. Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

MINERBO, M. *Diálogos sobre a clínica psicanalítica*. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2020.

PENHA, M. *Sobrevivi...Posso contar*. 2. ed. Fortaleza. Armazém da Cultura, 2014.

SCHUCMAN, L. V. O Branco e a Branquitude: Letramento Racial e Formas de Desconstrução do Racismo. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, p. 171-189, 2022. DOI: <https://doi.org/10.62791/rrj3bv32>. Disponível em: https://ojs.lib.umassd.edu/plcs/article/view/PLCS34_35_Schucman_page171. Acesso em: 10 jan. 2026.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SHOWALTER, Elaine. *The Female Malady: Women, Madness, and English Culture*. London: Virago Press, 1985.

SILVEIRA, A. C. R. A vida da mulher pelo direito penal: da “legítima defesa da honra” à previsão legal do feminicídio. *Revista da Defensoria Pública*, Porto Alegre, ano 12, v.1, n. 28, p. 239-261, 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Tese da legítima defesa da honra é inconstitucional. *Portal STF*, Brasília, ago. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511556&ori=1>. Acesso em: 10 jan. 2026.

ZANELLO, V. *A prateleira do amor*. Curitiba: Appris Editora, 2022.

ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em dezembro de 2025.

Aprovado em janeiro de 2026.